EMENDA Nº 07 /2019

EMENDA MODIFICATIVA N.º – AO PROJETO DE LEI N.º 98, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019

Os Vereadores que abaixo assinam, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 166, § 6º da Resolução n.º 02 de 18 de Novembro de 2011 (Regimento Interno), propõe a seguinte Emenda Modificativa ao Projeto de Lei n.º 98, de 12 de setembro de 2019.

Modifica-se os art. 26-B e 26-C, objeto do art. 1º do Projeto de Lei n.º 98, de 12 de setembro de 2019, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 26-B.Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas em todo e qualquer local público de uso coletivo, independente de sua natureza, no qual o Poder Público Municipal detenha sua titularidade patrimonial, seja responsável por sua administração, bem como nas vias e logradouros públicos, nos seguintes dias e horários:

I – sábados, domingos e feriados, das 02h00 (duas horas) às 06 h (seis horas);

II – segundas a sextas (zero hora) às 06 h (seis horas).

Parágrafo Único. A proibição não inclui o dia 01 de janeiro de cada ano, entretanto a região de domínio de bares, quiosques, lanchonetes, restaurantes, e casas de eventos, compreendendo as áreas de atendimento destes estabelecimentos nos limites determinados pelo Poder Público está abrangida pela vedação constante no Art. 1º desta lei."

Art. 26-C. O não cumprimento do disposto no art. 26-B. desta lei, sujeitará o infrator, além da apreensão da bebida, a multa de 5 URMs."

Modifica-se o art. 2º do Projeto de Lei n.º 98, de 12 de setembro de 2019, que passa a ter a seguinte redação:





"Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, ficando estabelecido que nos primeiros 1.095 (um mil e noventa e cinco) dias, a fiscalização será realizada em caráter meramente educativo, sem aplicação das sanções ora definidas."

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Com esta Emenda Modificativa se pretende reduzir os horários de vedação do consumo de bebida alcoólica em locais públicos, compatibilizando-os com os horários em que os bares e restaurantes podem realizar o atendimento externo e excetuar da proibição o dia 01 de janeiro em virtude das comemorações de virada do ano. Quanto a multa a ser aplicada se estabelece 5 URMs para fins de padronizar a penalidade aplicada em paralelo com o que se pretende estabelecer em relação às algazarras e badernas. Ainda, se propõe que nos primeiros três anos de vigência da Lei, a fiscalização ocorra na forma educativa, a fim de que a população seja orientada ao cumprimento da lei, após o que a infração será multada na forma estabelecida.

Assim sendo, contamos com a colaboração dos colegas para apreciação e aprovação desta Emenda Modificativa.

Carlos Barbosa, 04 de dezembro de 2019.

Denir Gedoz

MDE

PDT

Maria Rosalia Freitag Cousseau